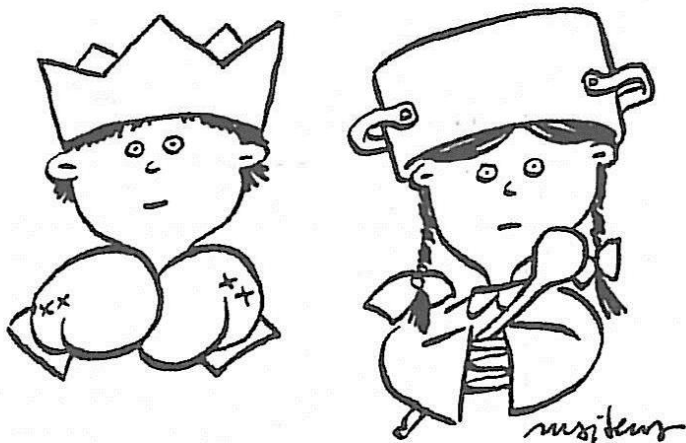




ANDAR POR OUTROS CAMINHOS

TERESA CUNHA ~ CELINA SANTOS



ajp
Associação para a Infância e a Paz

Título
Artigo Feminino: Andar por outros caminhos

Coordenação
Teresa Cunha e Celina Santos

ISBN
978-989-95306-0-7

Depósito Legal
252843/07

Impressão e acabamento
Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Janeiro de 2007

Os textos não reflectem necessariamente a opinião e posições da AJPaz.

Os textos foram publicados respeitando na íntegra a sua forma e conteúdo originais, nomeadamente nas referências bibliográficas e especificidades da grafia do Brasil.

VER – POR OUTRAS PALAVRAS

Para a minha Mãe

Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo

João Guimarães Rosa

Um dia acorda-se e o abismo é berço,

E o diabo mais do que um irmão.

Todo o desvio tem o seu preço.

Luiza Neto Jorge

*se muita gente começar a empurrar o mundo ele vira-se
para o outro lado e transforma-se, (...) e de súbito há um
outro horizonte possível, porque o mundo está ainda só
muito imperfeitamente inventado*

Teolinda Gersão

Na epopeia camonianiana os versos que precedem a célebre fala do Velho do Restelo falam das “mães, das esposas e das irmãs”, cujas lágrimas banhavam a areia branca da praia de embarque. Ao expor os lamentos e as dúvidas expressas pelas esposas e pela universal figura da *mater dolorosa*, Camões introduz, pela via feminina, o tom de disforia na epopeia hegemonicamente masculina que são Os *Lusíadas*. Desta forma, ao mesmo tempo que o poeta sensibiliza o seu leitor para o sofrimento envolvido na gesta dos Descobrimentos, enaltece-os não somente enquanto aventura masculina de partida, mas também enquanto aventura feminina das mulheres que ficavam e que, pela via do amor, questionavam a partida dos futuros heróis do mar.

*As mulheres cum choro piadoso,
Os homens com suspiros que arrancavam.
Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia, acrescentavam
A desesperação e frio medo
De já nos não tornar a ver tão cedo.
(...)
Porque is aventurar ao mar airoso
Essa vida que é minha e não vossa?
Como por um caminho duvidoso,
Vos esquece a afeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento,
Quereis que com as velas leve o vento?" (...)
"Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa
A quem se aparta, ou fica, mais magoa⁽¹⁾."*

Mas ao colocar este questionamento feminino sobre a gesta marítima no domínio privado das relações familiares e do amor e não no domínio público e político, como acontece com o questionamento elaborado pelo Velho do Restelo, Camões definia os papéis a desempenhar por cada sexo na construção da nação a vir: os homens empreenderiam a viagem que os levaria às futuras terras do império, as mulheres ficariam em casa, aguardando, apoiando e assegurando a vida familiar. Viajar, construir, guerrear e governar contra ficar, assistir, acompanhar, amar – seriam estes os papéis dos dois sexos na construção da nação e do império. E o império se cumpriu pela via masculina, invisibilizando as mulheres. Teríamos de esperar cinco

01. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa: Instituto Camões, 1992, Canto IV, 91 e 93, pp. 117-118.

séculos para que estudos, ficções, filmes e séries televisivas comessem a revelar o rosto feminino da expansão, pois sabemos que desde cedo elas viajaram nas carreiras marítimas. Charles Boxer, no seu pioneiro estudo sobre as mulheres na expansão ibérica, revela-nos a sua insidiosa presença nas naus rumo ao Oriente⁽²⁾, bem como o importante estudo de Timothy Coates, que conjuga dois elementos periféricos, mas na realidade fundamentais no desenvolvimento dos impérios: degredados e órfãs⁽³⁾. Filhas da baixa nobreza e normalmente residentes em instituições estatais e religiosas, estas mulheres eram posteriormente enviadas para as terras da Índia ou do Brasil para se casarem com homens nascidos em Portugal. A Coroa atribuía-lhes um dote que podia ser dinheiro, terras ou cargos burocráticos e, através da esperada descendência resultante desses casamentos, garantia uma presença a longo prazo e, portanto, uma efectiva colonização gerada por elementos originalmente metropolitanos. Outro grupo socialmente problemático, mas também fundamental na colonização, foram as prostitutas, que eram estimuladas a *mudar de vida* e a embarcar para Angola, para os "Rios de Sofala" ou para o Brasil. Vistas como ventres produtivos da elite colonial por em si conterem a pele branca, e apoiadas pelas instituições religiosas de caridade, que por sua vez se espalhavam por todo o império, estas mulheres – órfãs e prostitutas – foram as primeiras colonizadoras apoiadas pelo Estado e muito contribuíram para o sedimentar da colonização portuguesa. A par desta narrativa feminina civil do império, a que só muito recentemente foi atribuído valor histórico e portanto público, há aquela que foi protagonizada pelas mulheres missionárias, que por sua vez constituíram uma importante base de apoio dos percursos imperiais femininos acima mencionados, e que até ao final do império tiveram um relevante papel, não só na sua relação com os colonos, mas também com as populações locais⁽⁴⁾. Na instituição religiosa elas estão também no fundo da lista dos nomeados.

02. Charles Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

03. Timothy Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa: CNDP/ INCM, 1998.

04. Cf. a título de exemplo Jorge Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999 os capítulos dedicados às mulheres.

Em meados do século XX, e pela voz da poeta são-tomense Alda do Espírito Santo, a denúncia relativamente ao papel da mulher africana no sistema colonial é evidente, e a poeta solidariza-se com as suas irmãs de sexo, de dor e de pele:

[...] sigo passo a passo a mulher de pele bronzeada – que é a minha história, das avós dos meus avós e da geração futura [...] [a mulher é] a última que é a última entre os negros que já são últimos na concepção dos demais povos da categoria civilizada [...] A sua voz não se levanta. Morre na distância. Ela nem voz tem. É escrava. – É mulher negra [...] é vítima de todos.⁽⁵⁾

Em língua portuguesa, na então metrópole ou no império, elas estão no fim da lista, fora da história pública protagonizada pelos homens, como aliás fica bibliograficamente confirmado por Maria Regina Tavares da Silva, em *A Mulher – Bibliografia Anotada 1598-1998*⁽⁶⁾.

Esperámos cinco séculos para que as mulheres que ficaram na *praia de embarque* escrevessem as suas cartas de volta. Falo das *Novas Cartas Portuguesas*, escritas a seis mãos por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, nos anos 1970, na plena agonia do império e em plena época da emancipação da mulher nas sociedades ocidentais. Utilizando a forma epistolar que favorece o discurso íntimo, mas subvertendo-o ao denunciar as condições de clausura e isolamento em que estava a ser produzido, estas cartas denunciam a discriminação visível em que as mulheres se encontravam, não só numa dimensão espacial, expressa na metáfora do convento, que era o Portugal salazarista/marcelista, mas também na sua amplitude temporal, ao fazerem eco das *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado, publicadas em Paris, em 1669, sob o título de *Lettres Portugaises*⁽⁷⁾. Tratava-se de cartas de amor de uma freira do século XVII que, da clausura do convento escrevia apaixonadamente ao seu amante, um cavaleiro francês,

e que ficaram registadas no imaginário literário português como um pioneiro *pronunciamento* da palavra feminina. Servindo-se de todos estes ecos, que conferem à discriminação denunciada a espessura de séculos, as *Novas Cartas Portuguesas* mostram sobretudo a condição das mulheres nesses anos 1970, anos de libertação por toda a Europa e de clausura em Portugal, a braços com uma ditadura agonizante e com uma Guerra Colonial espalhada em três frentes africanas e completamente fora do tempo. Por isso, as autoras de *Novas Cartas Portuguesas* não utilizam apenas o eco da voz libertária e apaixonada de Mariana Alcoforado, mas todo o contexto histórico das lutas do cavaleiro francês de Mariana ao lado dos portugueses contra o domínio espanhol, lutas essas que espelham bem uma África em luta pela libertação contra o imperialismo português. A tristeza da jovem abandonada pelo namorado que emigrou para a França para não se alistar, a “Carta de um soldado chamado António para uma rapariga chamada Maria a servir em Lisboa”, relatando a sua solidão em busca de uma madrinha de guerra, o desabafo de uma mulher desesperada com a violência que o marido lhe inflige desde que retornou da África, o medo de uma mãe de que o seu filho vá e não volte, são formas de denúncia da agonia dos heróis do mar cantados por Camões, então em luta em terras africanas, e de compromisso político das autoras com uma história e com um momento político que estava a ser escrito por homens e por mulheres, que se queriam invisíveis, ainda que requeridas na “moldura”, assistindo, acompanhando, amando.

Utilizando assim os mecanismos e enquadramentos esperados – a partir da margem, da clausura do convento, na intimidade gerada pelo espaço privado da carta – mas denunciando-os com a diferença intrínseca ao discurso veiculado e politicamente motivado, as três Marias retiravam do silêncio oficialmente promovido as lutas em África e o império, a sua condição de mulheres e as desigualdades que sofriam e denunciavam a sociedade portuguesa como uma sociedade que discriminava, julgava, marginalizava, catalogando, fichando, arquivando, insultando. Daí que as autoras façam não só um trabalho de escavação arqueológica, com vista a encontrar ao longo da história o rosto feminino da discriminação, mas também se unam aos seus pares em luta, que tomavam a forma de “Outro”, que podia ser “preto”, “vermelho” ou

05. Alda do Espírito Santo, “Luares de África”, *Mensagem*, 1949, nº 7, ano I, pp. 13-15.

06. Maria Regina Tavares da Silva, *A Mulher – Bibliografia Anotada 1598-1998*, Lisboa: Editora Cosmos, 1999.

07. Mariana Alcoforado, *Cartas Portuguesas*, Lisboa: Mel Editora, 2003.

de “forma feminina”, mas seguramente em “pacto com o Diabo”, “por ter ameaçado a ordem superiormente estabelecida”⁽⁸⁾. No entanto, e como a história sucintamente resumida atrás lhes mostrava, havia diferentes escalões de respeitabilidade da discriminação por parte dessa tal “ordem superiormente estabelecida”, escalões de respeitabilidade proporcionais ao impacto que a sua revolta traria ao *status quo*:

... lembremo-nos, sim, que um negro extremista é já respeitável, mas que uma feminista é vituperada, assustadora do ainda indiscutível, incómoda, ridícula, mesmo para os cavaleiros bem pensantes de toda a libertação (...) Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas propriedades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres.

Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto⁽⁹⁾.

Dá que, e seguindo a lógica de um texto feminista que tem como subtexto o problema africano, a pergunta seja imediata pela conjugação das duas discriminações que sobre a mulher se abatem e que assim se denunciam: Será então a mulher “a última colónia do homem?”⁽¹⁰⁾. Apreendido em 1972, aquando da sua publicação, não só pelas diatribes feministas que continha, e como foi argumentado pela censura, mas pela forma como atingia a própria masculinidade dos homens, ao denunciar o estado em que eles vinham de África e ao dar opinião sobre um problema político e portanto do domínio masculino e público, as autoras de *Novas Cartas Portuguesas* brincando, como era próprio da sua “condição de fêmea” na visão masculina⁽¹¹⁾, mas brin-

08. Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura, 1974, pp. 102-103.

09. Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura, 1974, pp. 108 e 175.

10. Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura, 1974, p. 285.

11. Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura, 1974, p. 153.

cando de forma “conscientemente assumida”⁽¹²⁾, lançavam subversivamente um questionamento avassalador. Um questionamento que iria do privado – a casa, a família e o corpo – ao público – incluindo a nação, a sociedade, os valores políticos, éticos e morais. E, como se questiona em *Novas Cartas* em relação à suposta “clausura” de Mariana, “Com que cara fica um convento onde uma freira escreve cartas de amor, atestando a falência de uma clausura onde entram e saem cavaleiros franceses?”⁽¹³⁾. Jogando, como se joga em *Novas Cartas*, poderíamos ainda perguntar: como fica a “casa portuguesa” em que a mulher sai em busca da sua identidade própria que passará pela libertação mental e corporal e pelo questionamento da sua função social e familiar? E poderíamos ainda continuar o jogo e reciclar a questão, perguntando: como fica a casa imperial portuguesa quando a mulher, suposto invisível sustentáculo desta extensão de acordo com a ideologia da família salazarista, também sai passando a sua busca identitária sobretudo pela libertação?

Parece assim ser também delas a mão que levanta o véu não só em Portugal metropolitano, mas também nas então colónias onde decorria a guerra, levando-nos a pensar que o grito de libertação que de lá vinha pela mão dos nacionalistas africanos se espalhava com diferentes propósitos e diferentes agendas por uma série de margens que a partir dos anos 1960 se foram erguendo e de que as mulheres não eram apenas mais uma parte. Não era só a sedimentação da colonização que falhava, nem a guerra nos seus aspectos bélicos não pronunciados que não cumpria os seus objectivos, nem a ditadura que se esvaziava. Era de facto uma estrutura e um país que ruíam e em que nada parecia ir ficar “intacto”.

12. Maria de Lourdes Pintasilgo, *Pré-Prefácio e Prefácio*, in Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Moraes Editora, 1980, p. 21.

13. Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Futura, 1974, p. 33.

O tempo dos pós e dos nossos eufemismos para designar velhos sentidos

Com o 25 de Abril de 1974 findava o Portugal imperial de cinco séculos de existência real e imaginada, e, particularmente, o Portugal colonizador das terras de África, cuja fisionomia começara a desenhar-se no final do século XIX e condicionaria toda a política portuguesa, desde o regicídio à Primeira República, desde o Estado Novo ao seu derrube, após uma longa Guerra Colonial que acabou por conduzir ao 25 de Abril de 1974. Assim, com o 25 de Abril findava também o Portugal anti-democrático e ditatorial que durante 48 anos dominou e, por isso, no caso português, pós-colonialismo está intimamente ligado a pós-salazarismo/caetanismo e, portanto, ao início de uma vivência democrática, de exercício pleno dos direitos de cidadania e de escrita e informação livres. Mercê das mudanças estruturais em todos os sectores da sociedade portuguesa e no redesenhar do mapa da nação que o 25 de Abril trouxe, a ficção, o ensaísmo e, mais tardiamente, a historiografia das últimas décadas, têm vindo a reflectir sobre a questão da identidade nacional portuguesa, reconfigurada pela Revolução, com os processos de territorialização – a descolonização das antigas colónias africanas, o regresso de emigrantes e o regresso de exilados – seguido quase de um processo de desterritorialização, com o início das negociações para a adesão à Comunidade Europeia.

Após o 25 de Abril de 1974, Portugal passou de nação “colonizadora por excelência a nação criadora de nações”⁽¹⁴⁾, havendo neste parto, já não definido como tal, o fundamento de redenção necessário à sua jovem democracia. Nesta linha, a entrada de Portugal para a Europa comunitária, ainda que num primeiro momento possa ser vista como um *volte-face* necessário para rapidamente aliviar Portugal de traumas imperiais e neutralizar vagos sonhos de reencontro de uma geografia afectiva e cultural portuguesa inscrita na imagem do antigo império, foi também a maneira politicamente conseguida de rapidamente colocar Portugal num tempo pós-colonial, integrando-o de imediato na

14. Eduardo Lourenço, “Crise de identidade ou ressaca imperial”, *Prelo*, 1, Outubro/Dezembro, 1983, p. 20.

família das antigas metrópoles coloniais, agora nações pós-coloniais, à qual Portugal chegava já em plena pós-modernidade. Mas não era só Portugal que, libertando-se das ruínas e dos fantasmas do império, ia até à Europa. Era também a Europa que viria até Portugal – “A Europa connosco” no conhecido *slogan* da época – que, ao inverter o sentido da busca há séculos feita da periferia para o centro, sentava Portugal confortavelmente na mesa das nações europeias, dando-lhe a possibilidade de se imaginar como um país europeu. Como sublinha Eduardo Lourenço e, mais tarde, Sousa Santos, no *slogan* acima citado estava contida a promessa de que Portugal poderia tornar-se uma sociedade democrática, como as da Europa Ocidental, dissipando-se deste modo os receios dos sectores mais conservadores da esquerda e da direita de que Portugal desapareceria submerso às vontades das grandes potências europeias, assumindo-se portanto que “estar com a Europa é ser como a Europa”⁽¹⁵⁾.

Este era o colorido cenário da “tensão fundadora”⁽¹⁶⁾ da jovem democracia portuguesa iniciada pelo acto político do 25 de Abril. Mas isto, obviamente, não significa que com o 25 de Abril findavam os problemas que o salazarismo/marcelismo tinha deixado por resolver. Pelo contrário, o 25 de Abril resulta em grande parte da procura de soluções alternativas à hesitação e impassé que caracterizaram a ditadura de Marcelo Caetano. Por isso, ao mesmo tempo que existem rupturas claras de política e pensamento, também existe uma certa continuidade, dada por hábitos que se mantêm, personalidades que se transferem e, de forma diferente, mas paradoxalmente semelhante ao anterior regime, a mesma impossibilidade de encontrar a resposta política rápida e eficaz para todas as questões: questões que se ligam não só aos problemas de territorialização e desterritorialização, mas também à justiça social, ao ensino e, genericamente, a todos os sectores da vida pública, o que levou a um alargamento exponencial do imaginário de libertação política do MFA para um imaginário político

15. Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento, 1996, p. 58.

16. A expressão é de Michel Cahen, “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l’institutionnalisation de la Communauté des Pays de Langue Portugaise”, *Lusotopie*, 1997, pp. 391-433.

e “social de libertação, no centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e injustiça”⁽¹⁷⁾. Nesta avalanche de reivindicações e de lutas onde ficaram as lutas pela emancipação feminina, onde ficaram as mulheres? Dado o ponto de partida poderíamos, simpática e muito masculinamente dizer, que uma das principais conquistas de Abril foi a libertação da mulher. E terá sido, sem dúvida, face à impensável situação de subordinação em que à data se encontravam. Mas foi pela pressão que elas próprias exerceram, pela força política e cultural dos seus actos nas fábricas, nas instituições, nos jornais, nas universidades, lançando os primeiros trabalhos académicos sobre o tema na década de 80, na vida política e cultural, pela sua inscrição própria na história através de ficções, pinturas ou esculturas, que esse lugar foi conquistado.

Hoje, mais de trinta anos depois do 25 de Abril, verificamos que tivemos praticamente de esperar vinte anos para começar a ver reconhecido, através de estudos académicos, o papel das mulheres na história de Portugal – seja na história mais remota nomeadamente na época considerada pelos portugueses como áurea, ou seja, a época da expansão⁽¹⁸⁾, seja na história recente, nomeadamente com os estudos sobre as mulheres durante o fascismo e a resistência ao fascismo⁽¹⁹⁾ – o seu estudo específico através de cursos de pós-graduações de estudos de mulheres, a sua efectiva igualdade face à lei⁽²⁰⁾... mas todos nós recordamos facilmente a notícia da primeira mulher juíza ou da primeira mulher reitora? As lutas das mulheres e a sua emancipação no pós-25

17. Boaventura de Sousa Santos, “A crise do Estado e a aliança Povo/MFA em 1974-1975”, in *Seminário – 25 de Abril 10 Anos Depois*, Lisboa: Fundação Gulbenkian / Associação 25 de Abril, 1985, p. 47.
18. Cf. por exemplo os ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995 e a revista *Oceanos*, “Mulheres do Mar Salgado”, 21, Janeiro/Fevereiro, 1995.
19. Cf. por exemplo Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios – a Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa: ICS, 2002; Ana Barradas, *As Clandestinas*, Lisboa: Ela por Ela, 2004; Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000; Sílvia Espírito Santo, *Adeus, até ao meu regresso – o Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003; *As Mulheres e a Guerra Colonial*, número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, Abril, 2004.
20. Sobre a subalternização da mulher face à lei durante a ditadura ver Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

de Abril sofre no fundo do mesmo “mascaramento”⁽²¹⁾ que a nossa memória histórica, mais amiga do mito do que da história. Assim da mesma maneira que após o 25 de Abril se classificou o golpe como pacífico e a “Revolução sem sangue”, esquecendo todo o sangue de África que ela em si trazia, ou o PREC como um tempo em que “mesmo com uns erros pelo meio, não houve violência nem guerra”, esquecendo os actos violentos que também fizeram parte do PREC, também a nossa ditadura passou da memória à história para a segunda geração como mais ou menos meiga, Salazar como um ditador provinciano, mas pacato, a PIDE como uma polícia política que “não era tão má como as outras”, o nosso sistema colonial mais brando do que os outros, como se houvesse colonialismos bons e maus, a nossa Guerra Colonial como uma “guerra de brincadeiras”, porque guerra a sério foi a do Vietname que vimos nos filmes⁽²²⁾, e o mito do português não racista e cordial continuou nos tempos pós-lusotropicalis⁽²³⁾ que vivemos. E todos colaborámos para que esta pós-memória da ditadura se construísse: pais, manuais escolares e portanto sistema educativo estatal, historiografia que até hoje recusa uma postura pós-colonial, jornalistas, políticos, particularmente nas políticas de cooperação ou europeias, cujos preâmbulos legislativos ou discursos recuperam invariavelmente uma mitologia fraseológica conhecida e previsível⁽²⁴⁾. O velho mito dos “brandos costumes portugueses”, corolário de todo este manto mitológico sobre a história, mantém-se e prolifera e, portanto,

21. Cf. a seguinte declaração de Maria de Lourdes Pintasilgo: “Houve uma grande presença de mulheres e um grande entusiasmo; mas veio a acontecer como noutras revoluções: as mulheres que são protagonistas num primeiro momento, depois são silenciadas, pela calma que segue à revolução. Rapidamente se tornam invisíveis; temos a sensação que regressaram a casa, mas continuam de facto a lutar”, in Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 27.
22. Sobre a pós-memória da ditadura ver o interessante estudo de Tiago Matos Silva, “O 25 de Abril tal como é ensinado – a democracia e o ensino da História”, in Manuel Loff e M. Conceição Meireles Pereira (coordenadores), *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004), Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 251-263, de onde retirei alguns destes dados.
23. A expressão é de Miguel Vale de Almeida, *Um Mar da Cor da Terra – Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras: Celta, 2001.
24. Cf. a título de exemplo excertos do preâmbulo do despacho normativo do Ministério da Educação que criou o programa inter-escolas “Entre Culturas”, de 1991: “A cultura portuguesa, marcada por um universalismo procurado e consciente e pelos múltiplos encontros civilizacionais que, ao longo dos séculos, têm permitido o acolhimento do diverso, a compreensão do outro dife-

voltando à questão da emancipação das mulheres ela só poderia ser também uma “emancipação mascarada”, como disse, em bom abono da verdade, Maria de Lourdes Pintasilgo⁽²⁵⁾. Não esqueçamos que um dos primeiros actos censórios do pós-25 de Abril recaiu exactamente sobre um programa que abordava um problema que ainda hoje a sociedade portuguesa insiste em invisibilizar da cena pública, relegando-o para o âmbito dos problemas de mulheres. Refiro-me à censura do programa de Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, exibido desde Agosto de 1974 sob o título *Nome – Mulher*, que na edição de Maio de 1976 emitiu uma reportagem sobre o aborto. Seguiram-se protestos de três partidos políticos – PDC, CDS e PPD – e da Ordem dos Médicos. O programa foi suspenso e a jornalista responsável, Maria Antónia Palla, processada por *atentado ao pudor e incitamento ao crime*, acabando por ser absolvida em Maio de 1979⁽²⁶⁾.

Hoje continuamos com as falsas verdades: as mulheres portuguesas estão em pleno no mercado de trabalho, são a maioria nas universidades, já há mais médicas do que médicos, esquecendo que elas são as mais vulneráveis no mercado de trabalho, as que em alguns empregos ainda usufruem de menor salário pelo mesmo trabalho, e tornando a esquecer a lei de interrupção voluntária da gravidez que até hoje vigora e que continua a levar as mulheres aos tribunais. Portanto, na mesma lógica, tudo está no bom caminho e o que não está, está de acordo com a Europa. Consultando *Um Guia para as jovens mulheres sobre a igualdade de oportunidades na Europa* as diferenças entre os dois sexos nos países da União Europeia são bem visíveis, para além ainda das enormes discrepâncias que existem entre os vários países membros. Os números da União Europeia como um todo falam por si:

rente, o universal abraço do particular, é uma cultura aberta e mestiçada, enriquecida pela deambulação de um povo empenhado na procura além-fronteiras da sua dimensão integral. (...) Cumprida uma fascinante peregrinação de séculos, Portugal retorna ao seio do continente europeu e integra-se no seu espaço cultural de origem, contribuindo, com a mundividência que o caracteriza, para a efectiva construção de uma Europa aberta, solidária e ecuménica’ (Despacho Normativo n.º 63/91, Ministério da Educação).

25. Maria de Lourdes Pintasilgo, *Pré-Prefácio e Prefácio*, in Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Moraes Editora, 1980, p. 21.

26. A contra-reação a esta atitude censória levou a actos políticos de protesto e afirmação e desencadeou uma série de lutas pela legalização do aborto. Cf. Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000, pp. 45-51.

- A taxa de emprego das mulheres é de 51,2%, enquanto a dos homens é de 70,8%.
- A taxa de emprego das mulheres com pelo menos um filho é de 51,2%, a das mulheres sem filhos é de 68%.
- 83% do trabalho *part-time* é executado por mulheres.
- 41% das mulheres executivas não têm filhos, mas a maioria dos homens em posições equivalentes têm; 90,8% destas mulheres afirmam que não têm possibilidades de interromper as carreiras.
- 9 em cada 10 famílias mono-parentais são encabeçadas por uma mulher⁽²⁷⁾.

Escolhi estes indicadores não só para mostrar a situação das mulheres que numa primeira análise eles ilustram, mas sobretudo para mostrar (como os dados claramente indicam) que a questão não é, como seria privada e publicamente cómodo de ver, um problema das mulheres. É um problema das famílias, é uma questão nacional e europeia, do ponto de vista social e político, e portanto deve ter respostas políticas. Continuar, com sábia habilidade política, a relegar para a esfera das mulheres e dos problemas de mulheres este tipo de dados e respectivas análises é permitir uma política irresponsável em termos sociais e éticos contemporâneos e é prolongar uma política de séculos de injustiça social e cognitiva. É prolongar uma política de discriminação por outros meios.

Mercê das grandes modificações sociais e laborais do último século e de uma afirmação cada vez mais contínua e acelerada das mulheres no domínio público, muita coisa tem vindo a ser feita, mas ainda demorará muito para que se perceba o universo simbólico subjacente aos mitos, sempre impulsionados por outras e muitas vezes indecifráveis memórias. Nas margens dos discursos homocêntricos, por natureza absurdamente autocentrados e narcísicos, existiram sempre outras versões, a evidenciarem a existência de diferentes sujeitos sociais,

27. *Um Guia para as jovens mulheres sobre a igualdade de oportunidades na Europa*, disponível na Internet em <http://www.afem-europa.org/downloads/Portugal-guide-jeunes-portugais.PDF>, versão portuguesa de 2001, consultado em 12 de Outubro de 2006.

históricos e culturais, que regras, hábitos, preconceitos, mas também políticas, religiões e legislações se encarregaram de invisibilizar e silenciar. Essa diferença fundadora de existência e de direito de existência impede muitas vezes o estabelecimento de conexões entre duas formas diferentes de estar no mundo e de o organizar⁽²⁸⁾. Mas isto acontece e continuará a acontecer porque *o mundo ainda está muito imperfeitamente inventado*. Enquanto o mundo estiver tão imperfeitamente inventado será possível continuar a exprimir paradoxos, declarando ou tratando como minoria a maioria da população que são as mulheres. Enquanto o mundo estiver tão imperfeitamente inventado, as mulheres que se assumirem como maioria, serão consideradas um *desvio* e como tal pagarão o seu preço, porque *todo o desvio tem um preço*. Enquanto o mundo estiver tão imperfeitamente nomeado, nós próprias continuaremos a adjectivar eufemisticamente a discriminação, dizendo-a invisível, quando afinal basta olhar para ver que ela é visível, estudada e politicamente motivada. Enquanto o mundo estiver tão imperfeitamente nomeado, nós próprias continuaremos a juntar palavras à espera que dessa conjugação surjam novos significados, por mera incapacidade de *renovar a linguagem* e de assim *renovar o mundo*, por mera falta de coragem de tocar nas essências e não nas aparências. Mas felizmente há mulheres que escolhem o *desvio* e tocam nas essências. E como se fala de discriminações visíveis e invisíveis trago-vos a arte visual do traço pictórico feminino de Paula Rego, para ilustrar a força do *desvio*, pelo toque nas essências.

Numa ressaca muito zangada com o resultado do *referendum* de 1998 sobre a despenalização do aborto em Portugal, Paula Rego desenhou o acto cultural português mais pujante de denúncia desta situação, que a sociedade portuguesa prefere manter como clandestina. Estes são os quadros de Paula Rego que mais incomodam. São os quadros que nem homens nem mulheres conseguem olhar sem incomodidade, porque estamos todos ali naquele sofrimento que se abate sobre os corpos femininos, abandonados, sós, torcidos de dor. Os corpos revelam-nos as marcas da morte, o olhar revela-nos as marcas da nossa culpa, acusando-nos a todos. E acusa-nos a todos do acto de discriminação

28. Agradeço a Laura Padilha esta reflexão.

inação em si, sobre o corpo feminino, e a todos nós portugueses fiéis herdeiros contemporâneos de uma ditadura que promoveu o silêncio e que assim ignorou grande parte dos problemas sociais não falando deles para que eles não existissem. No final da década de 90, trinta anos após o 25 de Abril, Paula Rego denuncia a nossa hipocrisia e a nossa irresponsabilidade face ao problema do aborto, mostra-nos a “mascarada” que ainda é o reconhecimento pleno das mulheres e dos seus direitos e fá-lo confrontando-nos com os fantasmas da ditadura e a sua pós-memória, revelada na continuação da promoção do silêncio sobre um tema, para que ele assim não exista, ou na criação de eufemismos para designar velhos sentidos. A colegial torcida de dores de um dos quadros da série dos abortos parece ser uma jovem dos anos 1960, não fossem as sapatilhas *Nike* a transportar-nos de imediato para os anos 1980/1990 e, conseqüentemente, a sugerir-nos o anacronismo da cena representada. Paula Rego não nomeou os seus quadros – “Untitled”, sem título, assim se intitulam, passe o paradoxo, os quadros da série dos abortos, atestando neste não título a impossibilidade de nomear o inominável⁽²⁹⁾.

A mesma pintora, em 1993, lança pelo seu traço um outro desafio: desta vez à historiografia portuguesa tão pouco pós-colonial, tão pouco feminista, ao colocar em primeiro plano, sobre uma peça pictórica clássica do colonialismo português/brasileiro – *A Primeira Missa*, de Vitor Meirelles, de 1861 – o corpo de uma mulher grávida, convidando-nos assim a uma outra leitura da história das colonizações. A história da colonização que este quadro está a narrar não é pós-colonialmente a dos índios, que Vitor Meirelles integrou na paisagem, tornando-os assim historicamente invisíveis na gesta colonizadora que o quadro celebra. A história da colonização que *A Primeira Missa*, de Paula Rego, está a narrar é a das “ausências” da história da colonização e, portanto, não coincide com a narrativa hegemónica, masculina e unilateral representada no quadro que lhe serve de inspiração, onde marinheiros e religiosos afirmam o acto colonial pela imposição dos seus símbolos,

29. Sobre esta questão em Paula Rego ver Celso Martins, “Mostrar o inominável”, *Expresso-Cartaz*, 22 Maio, 1999 e Maria Manuel Lisboa, *Paula Rego's Map of Memory. National and Sexual Politics*, Hants: Ashgate, 2003.

do seu poder e dos seus corpos na paisagem. Ao inverter, por meio da primazia dos planos pictóricos, a narrativa histórica hegemónica até aí construída, Paula Rego está a dar voz narrativa àqueles, ou neste caso àquelas, que Greil Marcus chamou “os refugiados da história”⁽³⁰⁾, aqueles que ficaram sem lugar na história, neste caso específico na narrativa colonial, mesmo quando, como no caso das mulheres, elas foram produtoras – enviadas, forçadas, e, raramente amadas – da segunda fase da gesta imperial, ou seja, da colonização propriamente dita, tanto no Portugal europeu, esperando na *praia de embarque*, como nas terras do então império. Porque Paula Rego toca as essências e não as aparências, os dois momentos pictóricos acima descritos constituem a denúncia de uma sociedade que discrimina e marginaliza. Por isso, e à semelhança de *Novas Cartas Portuguesas*, eles falam de estruturas sociais e de relações entre dominadores e dominados. Por isso, e à semelhança de *Novas Cartas Portuguesas* nos anos 1970, os quadros de Paula Rego constituem hoje um pronunciamento. A sua proposta implica não apenas uma mudança do olhar, mas uma mudança da *escala do olhar*⁽³¹⁾. E como *o mundo está ainda só muito imperfeitamente inventado*, não há muitos olhares que se mantenham, não há muitos nervos ópticos que resistam. Se mudarmos a *escala do olhar*, a discriminação está lá. E é visível, mas não basta olhar, é preciso ver.

Margarida Calafate Ribeiro

30. Greil Marcus, *The Dustbin of History*, Londres: Picador, 1997, p. 17.

31. Expressão retirada de um verso de Fíama Hasse Pais Brandão.